

APROVADA NA
REUNIAO DO CRADS
AGUARDAR ASSINATURA SR. SPAC

Q

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(CRADS) – Angra do Heroísmo, 2 de novembro de 2021**

Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta minutos, no Hotel Terceira Mar na cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: -----

- Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, na qualidade de Presidente; -----
- Ferreira de Azevedo, representante da Autoridade Marítima dos Açores; -----
- Júlio Costinha, representante da Polícia de Segurança Pública; -----
- António Sousa, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; -----
- Hugo Miguel Ferreira Teixeira Pacheco, Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; -----
- Jose Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores; -----
- Gualberto Rita, representante da Federação das Pescas dos Açores; -----
- Carlos Ormonde, representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores; -----
- Ana Cristina Rodrigues, Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; -----
- Filipe Tavares, Diretor Regional Recursos Florestais; -----
- Emanuel Bruno Teixeira Barcelos, Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos; -----
- Anselmo Fernandes Falcão, representante da Inspeção Regional do Ambiente; -----
- José Leal, Paulo Barcelos, Ana Carvalho e João Medeiros, representantes de cada uma das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estejam validamente inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; -----
- Hélder Nunes, representante de cada uma das organizações com representatividade na Região Autónoma dos Açores reconhecidas pela *World Association of Girl Guides and Girl Scouts* e pela *World Organization of the Scout Movement*; -----
- Eugénio Câmara, representante da Associação Aflorestaçores; -----

Esta reunião teve a seguinte agenda: -----

1. Tomada de posse dos membros do CRADS; -----
2. Aprovação da Ata da reunião do CRADS de 20 de julho de 2021; -----
3. Apresentação da Proposta do Plano Regional de Investimentos para 2022, em matéria de Ambiente; -----
4. Outros assuntos. -----

O Presidente deu as boas vindas aos presentes e informou que a reunião iria ser gravada (áudio), como facilitador para a elaboração da Ata, sendo a gravação destruída após a assinatura da mesma. -----

Informou ainda que, tendo em atenção a agenda da reunião, estariam presentes João Paulo da Silva Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Adalberto Borges Couto, Adjunto do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e a Diretora do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Teresa Maria Escobar Silva, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 41.º do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão atual. -----

Informou, de seguida, que quinze Conselheiros não poderiam estar presentes, tendo justificado a sua ausência junto do Presidente do CRADS, nomeadamente: o representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), o representante da Universidade dos Açores, o representante do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS), o representante da Federação das Pescas dos Açores, o representante da Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), o representante da Quercus, o representante da AJITER, o representante da AFAMA, o representante da Associação de Escuteiros de Portugal, o representante da Associação Guias de Portugal, o representante do Observatório do Mar dos Açores, o representante da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, o representante da Asas do Mar, o representante dos Amigos dos Açores, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores da Agricultura Biológica, o representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, a representante da Direção Regional do Turismo, o representante da Direção Regional da Agricultura e o representante da Direção Regional dos Assuntos do Mar. -----

Tendo-se verificado que não existia *quorum* para prosseguir a reunião, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente informou os presentes que o Conselho não podia reunir em primeira convocatória, pelo que se iniciou a reunião meia hora mais tarde, pelas dez horas, em segunda convocatória e com a mesma agenda, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 48.º do citado diploma legal. -----

Sublinhou que este é um órgão extremamente importante para garantir o direito de participação pública, nas matérias relacionadas com o ambiente e com o desenvolvimento sustentável, bem como o diálogo entre o Governo Regional e as organizações com intervenção e interesse nestes domínios, estando, por isso, convicto de que o funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável continuará a dar um contributo precioso para o desenvolvimento sustentável da Região. -----

De seguida, deu-se início à ordem de trabalhos: -----

PONTO UM - TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CRADS -----

Existindo novos representantes indicados pelas respetivas entidades e conselheiros designados recentemente, o Presidente do CRADS conferiu a posse aos seguintes conselheiros: Filipe Tavares, representante da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural/ Direção Regional dos Recursos Florestais e Eugénio Câmara representante da Associação Afloresta Açores, com sede na RAA. ----

Após a leitura dos respetivos termos de posse, estes foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. -----

PONTO DOIS - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CRADS DE 20 DE JULHO DE 2021 -----

Neste ponto e considerando que a Ata da última reunião foi remetida a todos os conselheiros, através de correio eletrónico e disponibilizada no *sítio* na Internet do CRADS, foi proposto pelo Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho. -----



Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação.

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 20 de julho de 2021, foi aprovada por unanimidade.

PONTO TRÊS – “APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2022 DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, NAS ÁREAS DA SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”

O Presidente tomou a palavra e informou que compete a este Conselho Regional a emissão de pareceres e recomendações relativas à formulação das linhas gerais de ação da Administração Pública Regional nos domínios ambiental e do desenvolvimento sustentável, nomeadamente em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, do ordenamento do território, da gestão dos recursos hídricos, de política de resíduos, das estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e das políticas energética e de mobilidade sustentável.

O Secretário Regional começou por informar que iria fazer uma breve intervenção para explicar as diretrizes do Plano nas áreas respeitantes à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

O Plano Anual Regional para 2022 pretende continuar a refletir as opções que constam no Programa do XIII Governo dos Açores. Nesse sentido, as prioridades continuam a incidir em eixos estratégicos de intervenção, como o combate às alterações climáticas, a conservação da natureza e prevenção de biodiversidade, a promoção da qualidade ambiental e a gestão dos recursos hídricos e ordenamento do território.

Para implementação destes eixos estratégicos, este Plano de Investimentos dispõe de uma verba para 2022 no valor de 27,5 milhões de euros. Este valor representa um aumento de investimento de cerca de 8,5 milhões de euros, face ao ano de 2021 e representa um aumento de 45%, alavancado por um conjunto de candidaturas que foram efetuadas no âmbito do Programa REACT-EU, que representam um investimento total de 13 milhões de euros a executar em 2022/2023.

Acrescentou, ainda, que outra componente significativa do Plano está relacionada com a execução dos Projetos LIFE que representam cerca de 7,7 milhões de euros e que terão continuidade no próximo ano, nomeadamente o LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDÁLIA, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS.

O Secretário Regional afirmou que, no combate às Alterações Climáticas, para além da continuidade de alguns programas, serão concluídas as revisões do Plano de Gestão Risco de Inundações da Região, o Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água e a avaliação intercalar do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), que serão instrumentos fundamentais para preparar a Região para os desafios que globalmente enfrentamos.

Também no âmbito do Programa REACT-EU será dado início à elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, com um investimento 1 milhão de euros, que visa a identificação de oportunidades para redução de emissões, através de medidas de mitigação e da identificação de mecanismos financeiros que permitem o respetivo financiamento.

Ainda no âmbito deste Programa será lançado o projeto para melhoria do conhecimento da localização e estado de conservação dos solos orgânicos e turfeiras e monitorização do *stock* de carbono. Este projeto tem um valor de investimento total de 2,2 milhões de euros.

O Presidente do Conselho referiu ainda que, no âmbito dos REACT-EU, está previsto o início de dois projetos para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente: o projeto de Elaboração de Cartografia de Risco para Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas, com uma verba de 3.8 milhões de euros, visando a atualização de fotografias aéreas da Região, através de levantamentos

aerofotogramétricos. Com base nessa informação será produzida cartografia vetorial para os Açores, algo que permitirá gerar modelos digitais do terreno, com um nível de detalhe que não existia até ao momento.

O segundo projeto visa a implementação de um Sistema de Alertas de Cheia em Bacias Hidrográficas de Risco na Região Autónoma dos Açores para minimização de riscos naturais e que permitirá dar cumprimento das medidas previstas no Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) e no Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA). -----

O Secretário Regional continuou referindo que estes projetos permitirão instalar onze equipamentos de monitorização nas bacias hidrográficas que estão sinalizadas no PGRIA, permitindo o acompanhamento do seu estado e detetar possíveis movimentos de massa que possam provocar obstrução no decurso da água e identificar caudais atípicos e caudais sólidos ao longo do decurso da água. -----

Alonso Miguel acrescentou que o Projeto LIFE IP CLIMAZ é um instrumento fundamental para implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas e permitirá financiar cerca de 75% das suas medidas ao longo de dez anos, dispondo de uma verba de 19,8 milhões de euros para esse efeito.

Ao nível da conservação da natureza e proteção da biodiversidade, os Projetos LIFE assumem um papel fundamental e, nesse sentido, será dado a continuidade em 2022 aos Projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDÁLIA, LIFE BEETLES E LIFE SNAILS. -----

Estes quatro projetos representam um investimento de 4,1 milhões de euros para 2022, dos quais, 2,7 milhões fazem parte do Plano da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, o que representa um investimento muito significativo e evidencia a aposta da Região na proteção do nosso património natural. -----

Destacou ainda o investimento dos incentivos na manutenção da Paisagem Tradicional da Vinha e de Pomares de espécies tradicionais, que representam um investimento no valor de 1,2 milhões de euros para 2022 e acrescentou que está prevista uma verba para implementação da conservação do CITES dos Açores, no valor de 10 mil euros. -----

Relativamente à qualidade ambiental, será feito um investimento na rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar, no valor de 229 mil euros, com financiamento comunitário, para a manutenção dos equipamentos das Estações de Monitorização da Qualidade do Ar (EMQA), no *upgrade* das estações automáticas e no desenvolvimento de uma plataforma de informação para disponibilização *online* e em tempo real dos dados. -----

O Presidente do Conselho Regional acrescentou, ainda, que ao nível da gestão de resíduos e da circularidade, será concluída a revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos e do Regime Jurídico que lhe está associado, bem como a instalação do Sistema de Depósito de Embalagens não reutilizáveis de Bebidas nos Açores. -----

No âmbito do Projeto REACT-EU, dar-se-á ainda início à reestruturação dos Centros de Processamento de Resíduos de sete ilhas para a realização do processo de compostagem, proveniente da recolha seletiva de orgânicos, o que representa um investimento de 4 milhões de euros. -----

Ainda no âmbito deste projeto, terá início a elaboração do Roteiro de Economia Circular Regional, no valor de 500 mil euros. Este projeto contempla a adaptação à Região Autónoma dos Açores do novo Plano de Ação para a Economia Circular, tendo por foco as medidas a aplicar ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos. Este Plano de Ação visa adequar a economia a um futuro ecológico, reforçar a competitividade e ao mesmo tempo proteger o ambiente, conferindo novos direitos aos consumidores, articulando com a revisão do PEPGRA para inclusão de medidas que potenciem os materiais circulares. -----

De forma a avançar nos Açores com a implementação do sistema de PAYT (*Pay-As-You-Throw*), será dado

início à criação de um guia técnico de implantação destes sistemas e o lançamento de projetos piloto. ---

O Secretário Regional deu nota de que o Programa “ECO Freguesia” voltará a ter uma dotação de 500 mil euros, uma vez que é um instrumento muito relevante do ponto de vista da colaboração da Secretaria Regional com as freguesias, na limpeza ambiental, nomeadamente no espaço urbano populacional. -----

O Secretário Regional acrescentou que em relação ao ordenamento do território e gestão de riscos, para 2022, prevê-se o início da avaliação e da revisão de dois documentos estruturantes para a definição da estratégia territorial dos Açores, nomeadamente o Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, no qual se pretende efetuar a adaptação da Região ao Regime Jurídico de Reserva Ecológica Nacional. Ainda em relação à Reserva Ecológica pretende-se promover, em 2022, a elaboração de orientações estratégicas para delimitar este condicionante ao território na Região Autónoma. -----

Informou, ainda, que será dada continuidade à elaboração dos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Terceira e de São Miguel, bem como o início ao processo de avaliação e subsequente alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira das Flores, de modo a dar cumprimento à legislação entretanto publicada. -----

Relativamente à proteção e prevenção de riscos naturais, o Presidente do Conselho informou que será alargada a implementação do Projeto AZMONIRISK – Monitorização das Zonas de Risco dos Açores a outros locais da Região, o que permitirá monitorizar situações potenciais de risco e também munir o Governo Regional de ferramentas essenciais para a gestão destes espaços. -----

Ao nível da prevenção de riscos e sistemas de alerta, será atualizado o sistema de monitorização, alerta e alarme na Furna do Enxofre na Graciosa. -----

Em 2022 será concluída a elaboração de um conjunto de planos com incidência no domínio dos Recursos Hídricos, nomeadamente o 3.º Ciclo do Programa Regional da Água (PRA), a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (2022 – 2027) e o Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água dos Açores. -----

O Secretário Regional referiu que na prevenção de riscos hidrológicos será dado continuidade à monitorização e manutenção da rede hidrográfica, através da execução de trabalhos de limpeza, desobstrução, reparação e melhoramento da mesma, dispondo para o efeito 1,7 milhões de euros. -----

Concluiu com a enumeração de um conjunto de obras e investimentos que serão conduzidas pela Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, o que representa um investimento para 2022 no valor de 7,3 milhões de euros, destacando as seguintes obras: -----

- Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim, para recuperação dos estragos provocados pelo Furacão Lorenzo, com verba de 900 mil euros. -----
- Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão – Terceira, com verba de 727 mil euros. -----
- Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo, no valor de 333 mil euros. -----
- Conclusão da Requalificação dos Percursos Pedestres da Caldeira da Serra de Santa Bárbara – Terceira, no valor de 228 mil euros. -----
- Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria, que compreende a requalificação do Miradouro Ponta da Ferraria, no valor de 832 mil euros. -----
- Intervenção de ordenamento paisagístico na zona da mata da Lagoa do Congro, com investimento de 159 mil euros. -----
- Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial, que contempla a construção de

parque até 2023, com investimento de 70 mil euros. -----

- Requalificação do Circuito Pedonal e Interpretativo do Monte da Guia, com valor de 275 mil euros. -----

- Empreitada de Reestruturação de zona de lazer das Sete Cidades na Ilha de São Miguel, no valor de 137 mil euros. -----

- Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras das zonas sudoeste da Terceira com verba no valor de 850 mil euros. -----

- Construção de Vala para desvio de caudais do troço entre a Ribeira do Dilúvio e a Ribeira da Prainha na Ilha do Pico, no valor de 295 mil euros. -----

- Intervenção e Planificação dos Caudais das Ribeiras da Terceira, no valor de 520 mil euros. -----

- Intervenções de requalificação da rede hidrográfica da Região Autónoma dos Açores, no valor de 1.135.000 mil euros. -----

No que se refere ao domínio do ambiente e alterações climáticas, estas serão as principais linhas de ação para o Plano 2022 da Região Autónoma dos Açores. -----

Terminada a apresentação foi aberto um período de discussão para que os conselheiros pudessem colocar as suas questões. -----

O conselheiro Paulo Barcelos mencionou as espécies invasoras e a sua listagem, solicitando a disponibilização dessa listagem, caso exista e sugeriu que, eventualmente algumas dessas espécies, possam sair da lista, com base numa melhor apreciação junto dos responsáveis. -----

Acrescentou, ainda, que verificou que existe no Plano uma verba para a convenção de CITES e solicitou esclarecimento no sentido de perceber se a verba será para material produzido que possa ser comercializado para a União Europeia, sair com uma declaração de CITES e dar entrada em outro país. ---

O Secretário Regional informou que está a ser ultimada uma listagem para melhor definir o conjunto de espécies e evitar alguns erros do passado, de introduzir ou classificar espécies como invasoras, que muitas vezes são comuns nas nossas ilhas, existindo um compromisso de finalizar o processo da constituição dessa lista. -----

Usou da palavra a Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Ana Rodrigues, que esclareceu que efetivamente a verba para o CITES é especificamente para formação dos colaboradores da SRAAC que trabalham nesta plataforma e nesta área. -----

O registo de CITES é feito a nível nacional e neste momento a entidade regional que gere a CITES é a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, em consonância com a Autoridade Nacional. Isto porque a Autoridade Nacional, por questões técnicas, tem alguma dificuldade em incorporar na sua Plataforma a Região dos Açores. A verba proposta é para o intercâmbio e formação de licenciamento e de registo desses pedidos. -----

A Diretora Regional esclareceu ainda que a questão das espécies invasoras colocada pelo conselheiro Paulo Barcelos, prende-se mais com a definição da estratégia para controle de invasoras e esse trabalho tem vindo a ser realizado pelos técnicos da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, nas Divisões da Flora e Fauna Selvagens e Áreas Classificadas e está também a ser efetuado no âmbito do LIFE IP AZORES NATURA. -----

Esta verba está a ser utilizada para a contratação de vários técnicos especialistas na área da Fauna e Flora e estão a ser produzidos vários relatórios com os levantamentos das espécies invasoras em todas as ilhas dos Açores. Posteriormente, será efetuado o trabalho consequente a esses estudos, que passa por definir-se um plano ou uma estratégia para controle de invasoras na Região. Tudo isto está ligado à revisão da

legislação existente e em vigor na Região. O objetivo principal é atualizar a listagem, tendo em conta também a opinião de todas as entidades com interesse na matéria. -----

O conselheiro Eugénio Câmara chamou atenção que esse problema também existe no setor florestal, com algumas espécies que constam na lista das invasoras, dando o exemplo da Acácia que é a segunda espécie mais importante na Região. Acrescentou que, em relação aos valores apresentados no Plano, continua a não existir na área florestal, uma compensação financeira para quem é produtor florestal. -----

O Secretário Regional agradeceu os contributos e adiantou que será feito um esforço para auscultar todos os interessados e que é extensível às florestas. No final da compilação dessa lista serão ouvidos todos os interessados e corrigidos alguns aspetos que possam existir. -----

Em relação aos 10 metros da linha de água, ficou assumido na reunião realizada entre ambos, que seria verificada a ponderação que esteve na origem dessa legislação, para perceber o porquê dos 10m, garantindo um equilíbrio entre o interesse dos produtores de madeira e a salvaguarda da linha de água. -

Em relação às compensações, o Secretário Regional deu nota de que, no âmbito do Projeto LIFE IP CLIMAZ, existem verbas para reconversão de pastagem em floresta nativa não produtiva, que poderá ser interessante para alguns agricultores e poderá ser, também, uma forma de aumentar a área das manchas de floresta. -----

A Diretora Regional pediu a palavra para esclarecer que serão tidos em conta os pareceres da Direção Regional dos Assuntos do Mar e da Direção Regional dos Recursos Florestais porque existem competências que se cruzam e as espécies não são estanques. Depois do trabalho efetuado, o mesmo será apresentado e discutido com todas as entidades interessadas. -----

Informou, também, que foram remetidos para a Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, algumas preocupações relativamente aos apoios que existem para os agricultores e silvicultores.

O conselheiro Eugénio Câmara acrescentou, ainda, que relativamente ao PRORURAL, os proprietários que tinham terrenos na Rede Natura 2000 e que faziam intervenções recebiam compensações de 100% e que agora estão a receber a 70% e 80%, não fazendo sentido serem os privados a manter os terrenos. Deu o exemplo da Lagoa do Fogo, quando há entidades externas que através dos projetos LIFE recebem a 100%.

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas esclareceu que, em relação aos Projetos LIFE, eles são financiados a 75% e os REACT-EU a 100%. A União Europeia define as percentagens tendo em atenção as análises que fazem e os *inputs* que lhes são dados. Por isso, é importante que seja feito esse trabalho, internamente nos Açores e que seja feito também com a União Europeia e, sempre que possível, deverá exercer-se pressão nesse sentido. Não quer dizer que aceitem tacitamente, mas se a pressão for efetuada, poderá conseguir-se algum resultado. -----

O Presidente do Conselho deu nota de que o PRORURAL é da responsabilidade da Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, mas que fará chegar esta informação e preocupação do conselheiro à respetiva tutela. -----

José Leal, representante da Azorica, interveio para chamar atenção relativamente às plantas invasoras, nomeadamente na ilha do Faial, e à existência da trepadeira "Ipoméia", que trepa as árvores e abafa toda a vegetação existente. Existem zonas de criptomérias e de faias, mas também alguns terrenos particulares que estão cobertos. Questionou se, da parte da Secretaria Regional, haverá um investimento no sentido de reduzir a proliferação da mesma. -----

O Secretário Regional informou que numa das reuniões realizadas aquando das Visitas Estatutárias do Governo Regional às ilhas Graciosa e de São Jorge, foram efetuadas questões relativas à existência da Ipomeia. É, de facto, uma das preocupações existentes nessas duas ilhas e é uma situação que apresenta

níveis de preocupação significativas. Informou, ainda, que esta matéria é recente e será realizado um levantamento das manchas de distribuição pelas diversas ilhas, de forma a tentar encontrar uma solução e uma estratégia de combate que seja eficiente a essa invasora que tem grande capacidade de abafar a vegetação. -----

O conselheiro José Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores, lançou um desafio relativo à pegada de carbono e aos objetivos a cumprir em 2050. Desafiou a SRAAC, em parceria com a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a implementar projetos, no sentido de se efetuarem estudos para determinar quais as espécies de plantas que serão melhores e mais eficazes para a descarbonização. -----

Outra tarefa extremamente importante para o conselheiro José Azevedo, seria a realização de um levantamento das pastagens, paisagens, lagoas, do mar, que é imenso, para tentar perceber em que medida prejudicamos e/ou melhoramos o ambiente, para percebermos, à nossa dimensão, em que patamar se encontram os Açores. -----

O Secretário Regional esclareceu que é necessário distinguir as várias matérias que são importantes. Existe uma emergência climática, estando-se a proceder a um conjunto de projetos relevantes no âmbito da descarbonização e de eliminação da pegada ambiental nos projetos LIFE, mas também nos REACT-EU. Estes são valores consideráveis para definir uma estratégia concisa nesse sentido. -----

Outro aspeto é a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade, que é feita em paralelo, existindo projetos especificamente direcionados às alterações climáticas e outros projetos que se centram na conservação da natureza e preservação de biodiversidade. -----

A importância de muitos destes projetos não se cinge apenas em proteger as espécies alvo. Existe um conjunto de mecanismos financeiros associados, que permitem fazer restauro de *habitats*, recuperação e combate às espécies invasoras, ou seja, a proteção de uma determinada espécie permite um conjunto de ações de conservação e restauro do *habitat* de outras espécies e permite combater a invasão por espécies exóticas. -----

Em relação à pegada de carbono e descarbonização, proceder-se-á a avaliação do balanço carbónico para, em termos métricos, se perceber e afirmar, com precisão, se o nosso balanço é positivo ou negativo. O que a bibliografia indica é que as ilhas como os Açores, pequenas e dispersas, são suscetíveis aos efeitos das alterações climáticas, sendo por isso necessário fazer a nossa parte. -----

É preciso encontrar um equilíbrio de forma a preservar o potencial da agricultura. Quando se fala no impacto da agricultura, naqueles que são os efeitos das alterações climáticas, tem que se ter em conta que se está a analisar e abordar o principal sector da economia açoriana. É preciso um equilíbrio e criar um conjunto de medidas que possam fazer a mitigação desse efeito. Está a ser preparado nesse sentido e no âmbito do Projeto LIFE CLIMAZ, um estudo piloto para integração de algas no substrato alimentar dos animais. Espera-se que haja uma redução de 70% de emissão de metano e, se de facto forem obtidos resultados satisfatórios, está lançada a base para se criar um substrato alimentar em grande escala que possa permitir, de alguma forma, que a agricultura e a pecuária dos Açores se tornem verdadeiramente sustentáveis do ponto de vista das alterações climáticas. Se conseguirmos tomar a dianteira e conseguirmos com sucesso implementar esse projeto piloto, teremos condições de garantir que a nossa principal atividade económica será sustentável. Tem de se definir quais são as nossas contribuições, para também sabermos o que tem de ser feito em termos de medidas compensatórias para alcançar a neutralidade de carbono na Região. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Ana Cristina Rodrigues, usou da palavra para complementar estas informações e acrescentou que nos próximos anos existirão dois projetos. Um deles

refere-se à melhoria do conhecimento da localização e estado de conservação dos solos orgânicos e turfeiras, que são grandes sumidouros de carbono. Existe uma verba de 2,2 milhões para esse estudo que pretende saber a localização das turfeiras e qual a sua capacidade de reter carbono. -----

Existe também outro projeto com cotação de 1M de euros, a fundo perdido, no sentido de se captar verbas para a Região para tratar a questão da neutralidade carbónica. Vai definir a estratégia para suportar os objetivos a alcançar com as propostas de investimento que possam daí advir e também para conhecer melhor o que poderá ser feito na neutralidade carbónica. Isto inclui a elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, um estudo de novos *clusters*, ou seja, serão envolvidas todas as entidades que tenham um papel importante nas emissões de CO² e que tenham também interesse em que se faça retenção, através da plantação de árvores e recuperação de turfeiras. Serão elaborados Guias das Boas Práticas Sectoriais e Territoriais para a neutralidade carbónica, de modo a que entre 2022 e 2023 esta questão esteja mais delineada porque, efetivamente, não existe este conhecimento estrutural e que faz falta nos Açores. -----

O Presidente do Conselho acrescentou que a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural anunciou a criação de um grupo de trabalho que integra elementos de vários departamentos da administração pública regional, que irá trabalhar no sentido de tentar perceber, do ponto de vista da agricultura e florestas, qual é o contributo que deverá ser dado para atingir-se a neutralidade carbónica.

Filipe Tavares, representante da Direção Regional dos Recursos Florestais, pediu a palavra e esclareceu que já existe o conhecimento das principais espécies da Região e o que retêm, nomeadamente a criptoméria e a acácia. Acrescentou que estão a ser realizados estudos com o incenso e as turfeiras, existindo o empenho para tentar perceber, de facto, o que é que anula uma espécie e assim ajudar na redução da pegada ecológica. Sabe-se que, quanto maior é a massa que uma espécie consegue reter, maior é a quantidade de percentagem de carbono que esta retira nessa espécie. Nesse sentido, a DRRF, que também está envolvida no Projeto LIFE CLIMAZ, fará um levantamento através de levantamentos aéreos, recorrendo à tecnologia LIDAR, o que permitirá conhecer e mapear o património florestal da Região Autónoma dos Açores. Essa tecnologia permite saber a localização dos povoamentos e saber o volume do material que existe, ou seja, permite saber a quantidade de carbono que está retida. -----

O Secretário Regional deu nota de que todos temos noção que as árvores e as plantas assimilam carbono e libertam oxigénio, mas é muito importante poder definir e perceber a viabilidade financeira da sua capacidade de produção e a capacidade de densidade populacional dessas espécies. A Direção Regional dos Recursos Florestais está a estudar estes aspetos e a fazer o seu levantamento. São aspetos extremamente importantes para termos um cálculo fidedigno do balanço das emissões dos gases efeito estufa. -----

Carlos Ormonde, representante da Câmara do Comércio, tomou a palavra para acrescentar que em relação à "Ipomeia", existente nas quintas abandonadas na zona de São Carlos, em Angra do Heroísmo, tem-se assistido a uma invasão impressionante dessa espécie, aumentando de ano para ano. Nas propriedades que estão devidamente cuidadas, começa a ser uma dificuldade a sua manutenção. -----

O conselheiro congratulou o Secretário Regional pela posição tomada em relação à atividade da pecuária e agricultura, que parece ser um caminho acertado e foi com satisfação que a ouviu. -----

O conselheiro Eugénio Câmara chamou a atenção para a existência de muitas zonas de turfeiras que não estão inseridas em zonas de Rede Natura 2000 e que, por não terem um extrato carbónico arbustivo, ficam fora das candidaturas e os proprietários ficam sem saber o que fazer, se reorganizar as zonas ou se ficam na expectativa das mesmas serem enquadradas e assim terem um rendimento. Informou, ainda, que a Florestaçor tem um levantamento dessas zonas na ilha de São Miguel e que poderão contribuir com essas informações, se assim o entenderem e quando acharem necessário. -----

O Secretário Regional agradeceu, dizendo que todo o tipo de sinergias que puderem ser estabelecidos para alcançar o objetivo pretendido são positivas e naturalmente terão todo o interesse nessa colaboração.

Este projeto de melhoria do estado de conservação e localização das turfeiras vem no sentido de se conseguir mapear, com rigor, as zonas de distribuição das turfeiras e o seu estado de conservação. Muitas vezes conhece-se com maior detalhe aquelas que estão inseridas em zonas protegidas, mas desconhece-se o nível de estado de conservação daquelas que ficam em zonas que não estão classificadas por instrumentos dessa natureza. Este mapeamento irá permitir adquirir conhecimento, com elevado grau de rigor da distribuição, sem prejuízo de contar-se com a colaboração da Associação, no sentido de identificar algumas dessas zonas, de forma a permitir alavancar e facilitar o início de estudo, nomeadamente em São Miguel.

João Medeiros, conselheiro representante da Azulinvade, pediu a palavra para chamar a atenção relativamente às caixas de retenção de sólidos. Referiu, ainda, que em anteriores CRADS alertou para esta situação porque, quando chove, todo o lixo acumulado vai ter ao mar, dando como exemplo a zona da Escola Tomás de Borba, em Angra do Heroísmo.

O Secretário Regional concorda que este assunto seja uma preocupação pertinente e cuja gestão terá de ser integrada. No entanto, alertou que a gestão das águas pluviais são de responsabilidade municipal, sem prejuízo do Governo Regional estar sempre disponível para estabelecer contratos ARAAL com os municípios para a resolução de problemas pontuais. Este assunto tem de ser bem estudado, nomeadamente a questão da malha, porque ao evoluir-se na captação de resíduos que podem ir parar ao mar, também podem causar episódios de colmatação dessas caixas de retenção. Tem existido ao longo dos anos a preocupação, através do Programa ECO Freguesia, em estabelecer protocolos de colaboração com as juntas de freguesia, para limpeza de espaços públicos em contexto populacional e urbano, bem como para a intervenção de linhas de água e de costa. Sabe-se que esse tipo de trabalho é desafiante e que envolve e consome enormes recursos.

Considerou a intervenção do conselheiro João Medeiros muito pertinente e merecedora de preocupação, porque o que se perspetiva é que, com os efeitos das alterações climáticas, esse tipo de eventos climáticos extremos sejam mais intensos e mais frequentes e que gerem situações dessas, sempre que não exista uma limpeza adequada de espaços públicos, pelo que o Governo Regional estará muito atento a esta matéria.

Paulo Barcelos, representante dos Montanheiros, completou a informação dizendo não ver a solução nas caixas de retenção de sólidos, mas sim na colocação de filtros no fim de linha, onde existe queda de água para o mar. Essa preocupação poderá passar por uma recomendação às autarquias.

Eugénio Câmara, representante da Florestaçor, solicitou, se possível, a realização de uma reunião futura entre a EDA e a SRAAC, para chamar a atenção para o uso de luzes led amarelas em vez de brancas, devido ao impacto que causa às aves durante a Campanha SOS Cagarro.

O Secretário Regional reconheceu que esta questão tem, naturalmente, impacto, especialmente no primeiro mês de vida dos cagarros, sendo importante diminuir a intensidade das luzes. A campanha que é realizada para esse efeito, tem muito sucesso, é a mais antiga da Região e é considerada uma referência internacionalmente. No entanto, e como todos sabem, a gestão da iluminação pública compete a várias entidades e a substituição de lâmpadas é um processo extremamente dispendioso, mas fica registada a preocupação.

Ana Carvalho, representante da Gê-Questa, questionou se, relativamente à instalação das estações de medição de qualidade de ar, será tida em conta a localização da incineradora da ilha Terceira. Em relação

aos CPR's, questionou, ainda, quais as sete ilhas abrangidas pelos centros de compostagem. -----

Relativamente à qualidade ambiental, o Secretário Regional começou por referir que será realizado um investimento na rede de monitorização e na plataforma da qualidade do ar. Esse investimento irá também incidir na manutenção e instalação de uma nova estação. A central de incineração da Terceira, que é gerida pela Teramb por gestão municipal, efetua a monitorização dos gases em tempo real. Essa componente está sempre assegurada, pelo que não poderia ser de outra forma. -----

Em relação aos CPR's, as sete ilhas são aquelas que dispõem de Centros de Processamentos de Resíduos. A Ilha Terceira dispõe de uma central de valorização energética e a Ilha de São Miguel, neste momento, coloca os indiferenciados em aterro. Com o início da Central de Valorização Energética da ilha de São Miguel, o destino deixará de ser o aterro e será realizada a valorização energética desses resíduos. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas acrescentou que, relativamente aos Centros de Processamento de Resíduos, será implementado o processo de compostagem nas várias ilhas e foram previstos vários equipamentos, nomeadamente trituradores industriais, máquinas de rasto, crivos, assim como os processos de execução das infraestruturas base para as obras. Iniciaram-se as reuniões com as Câmaras Municipais e com os gestores dos CPR's, para se perceber as necessidades a nível de equipamentos, infraestruturas, processos e também como será feita a sensibilização das pessoas para fazerem a separação, garantindo assim que chegue a matéria prima aos CPR's. Deu como exemplo o composto que se faz na ilha Terceira e que está à venda por um preço simbólico. -----

Relativamente à qualidade do ar da incineradora, a Diretora Regional informou que verificou o processo de monitorização da qualidade do ar. Estão continuamente a medir a qualidade do ar, de forma a garantir que o processo se faz da melhor forma. Existe, ainda, uma empresa que, de tempos a tempos, realiza a calibração dos medidores de partículas de dióxido de carbono e tem ainda nas instalações, em dois locais diferentes, aparelhos para medição da qualidade do ar. -----

Ainda sobre este assunto, o Secretário Regional acrescentou que na ilha de Miguel já é produzido composto de qualidade, pela MUSAMI. Referiu que é muito importante a medição da qualidade do ar emanado das centrais de valorização energética e o objetivo é acabar com os aterros sanitários. Os aterros são uma fonte enorme de emissões de furanos e dioxinas e essa é uma preocupação, porque não é monitorizado de forma nenhuma, não sendo conhecido um sistema que o permita fazer. Foi pedido desde o início um projeto, o mais sustentável possível do ponto de vista ambiental, para a ilha de São Miguel, que permita eliminar, de uma vez por todas, a deposição de resíduos em aterro. -----

O Presidente referiu que estão a ser promovidas pequenas alterações ao Plano Anual Regional. Serão sempre alterações pontuais e residuais e que possam acolher as sugestões emitidas pelos parceiros sociais e partidos que compõem o Parlamento Regional, mas, da parte da Secretaria, foi exatamente isso que foi previsto. -----

PONTO QUATRO – “OUTROS ASSUNTOS”

De seguida, o Secretário Regional colocou à consideração dos membros do Conselho, a eventual abordagem a outros assuntos de interesse, considerando a atualidade das questões e as competências do Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. -----

Usou da palavra o conselheiro João Medeiros, representante da Azulinvade, questionando sobre o apoio que será atribuído às Associações, uma vez que até àquela data as Associações não tinham noção do valor que iriam receber, dificultando assim o planeamento das suas atividades. -----

O Presidente informou que gostaria que as atividades das Associações não estivessem dependentes do apoio do Governo, embora todos soubessem em que contexto são desenvolvidas essas atividades.

Naturalmente, o Governo tem a preocupação de apoiar e viabilizar as Associações que prestam um serviço importante de acompanhamento e de garantia da participação pública nas comunidades. É preciso garantir a sua continuidade, principalmente pelo dinamismo e participação cívica que provocam. Foi solicitado aos serviços que efetuassem um levantamento, para saber se no próximo ano será possível antecipar os valores a atribuir a cada Associação, de maneira a que possam preparar as suas atividades. -

Paulo Barcelos chamou atenção para o papel das ONGAS e a sua representatividade no conselho. Existem Associações que não têm tesouraria para despender em viagens e alojamentos, de forma a poderem participar no CRADS e aconselhar o Governo nestas reuniões. Houve uma altura em que o secretariado do CRADS assumia a marcação das viagens e alojamentos. -----

Foi esclarecido, pelo Secretário Regional, que as despesas decorrentes da participação dos membros do CRADS são suportadas pelas entidades nele representadas, sendo elegíveis no âmbito do apoio técnico e financeiro atribuído anualmente às ONGAS. -----

Acrescentou, ainda o conselheiro Paulo Barcelos, relativamente à Campanha SOS Cagarro, que este ano pareceu existir uma desorganização. Antes da Campanha era efetuada uma reunião com todos os parceiros, no Parque de Ilha, de modo a haver uma sintonia durante este período. Este ano, essa reunião não se realizou e mesmo assim foi feita a Campanha, mas de modo desorganizado. -----

O Secretário informou que a Campanha SOS Cagarro é da responsabilidade da Direção Regional dos Assuntos do Mar e que, apesar de haver um grande envolvimento e participação através dos Serviços de Ambiente e meios operacionais que dispõe, a coordenação em si, não é feita pela SRAAC. Disponibilizou-se para tentar aferir o que se passou e o que poderá ser melhorado. -----

Em relação às ONGAS, que prestam um papel fundamental, voltou a reforçar que o ideal seria estas Associações não dependerem do Governo Regional. Embora o apoio atribuído às ONGAS vá para além do apoio para participarem neste Conselho, era desejável que os apoios fossem maiores, mas tal não é possível. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS, acrescentando que, de futuro a solução poderá passar por outro modelo, embora considere que estas reuniões, em modelo presencial, têm outro impacto, outra envolvimento. Para além do que se passa durante a sessão, são trocadas algumas experiências que são também importantes para o desenvolvimento das Associações. Acrescentou que dá preferência a este contato e que deverá manter duas sessões por ano. -----

Terminou, agradecendo a presença e a participação de todos os presentes e deu por concluída a reunião, quando eram onze horas e quarenta e seis minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo: -----

Patricia Alexandra Marques Morais

Aprovada, em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e dois.

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Alonso Teixeira Miguel